

MESTRADO PROFISSIONAL

EM

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Política e Regulação do Comércio e

Investimentos Internacionais

Coordenação:

Profa. Dra. Vera Thorstensen

MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

POLÍTICA E REGULAÇÃO DO COMÉRCIO E INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS

Coordenação: Profa. Dra. Vera Thorstensen

Justificativa

O mundo atual exige do administrador público o conhecimento de estruturas, instrumentos e regras dos principais sistemas das relações econômicas internacionais, uma vez que é pela via dos tratados e regulamentos dos principais organismos internacionais, que ficarão determinadas os graus de liberdade para a criação e observância da regulação econômica nacional de cada país.

O Brasil não está isolado no contexto mundial. É membro da OMC-Organização Mundial do Comércio, FMI-Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial faz parte de acordos preferenciais de comércio como o Mercosul, está negociando acordos com a União Europeia e tem parceria com Estados Unidos e China via BRICS. Faz parte como observador da OCDE-Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

O desenvolvimento econômico de um país, hoje, está profundamente ligado às relações comerciais e de investimento internacionais. Sendo assim, atenção especial deve ser dada ao estudo da política e da regulamentação internacionais do comércio e do investimento, como forma de se pautar as atividades econômicas do Brasil.

Atualmente, o conceito de comércio foi ampliado. Sua regulamentação não envolve apenas regras tradicionais de importação e de exportação como regras aduaneiras, barreiras não-tarifárias e defesa comercial, mas também temas relacionados ao comércio como investimento e concorrência, propriedade intelectual, meio ambiente, tributação, cadeias globais de valor e câmbio. O curso Política e Regulação do Comércio e Investimentos Internacionais pretende preparar seus alunos para dominar as complexas regras do comércio e do investimento internacionais e responder às grandes questões do Brasil para o momento atual.

Objetivo

O curso sobre Política e Regulação do comércio e investimentos internacionais visa formar um novo profissional no Brasil, capaz de trabalhar, com competência interdisciplinar, a estrutura das transações globais, dos instrumentos econômicos e das ferramentas jurídicas presentes nos diferentes sistemas regulatórios: multilateral, preferenciais (regional, bilateral e não-recíproco) e nacionais. O curso procurará aprofundar o entendimento sobre a regulação do comércio e do investimento internacional e analisar seus impactos na Política Econômica do Brasil.

Público-Alvo

O público a que se destina este Programa compreende profissionais da área da administração pública que busquem o conhecimento interdisciplinar nessas áreas e almejem a especialização em temas contemporâneos, relacionados ao comércio e ao investimento.

Metodologia

A metodologia proposta para o Programa é inovadora. Primeiro, o conceito de comércio internacional é ampliado para englobar não só as regras tradicionais de exportação e de importação (aduaneiras, barreiras não-tarifárias, defesa comercial), mas também temas relacionados ao comércio como câmbio, investimento e concorrência, além de propriedade intelectual, meio ambiente, clima, tributação, padrões trabalhistas e direitos humanos. Daí o conceito de comércio global. Segundo, as principais questões do comércio global serão examinadas a partir de uma nova metodologia, a análise transversal temática, que abordará cada tema no âmbito dos três componentes do Multissistema de Regulação do Comércio e Investimentos Internacionais. O objetivo é oferecer uma visão ampla e interativa da regulação do comércio e investimentos com os temas modernos do contexto atual. Cada tema será estudado por meio de aulas teóricas, discussão sobre casos práticos e simulação de negociações internacionais. As simulações de casos exigirão dos alunos uma visão integrada do comércio e investimentos internacionais e permitirão trabalhar os temas propostos de forma complexa e não linear, de modo a complementar a formação do profissional da área.

Simulação

A partir da terceira aula, os alunos deverão participar dos grupos de negociação como delegados dos seguintes países: Brasil/Mercosul, EUA, UE, China/BRICS

Relatórios com os resultados econômicos de diversas modelagens serão utilizados como base da discussão.

Avaliação

No final do curso os alunos apresentarão um relatório para o MRE e MDIC sobre as vantagens e desvantagens da negociação de um eventual acordo preferencial com UE, EUA e China.

Certificação

Cátedra da OMC

Política e Regulação do Comércio e Investimentos Internacionais

Tópicos
1 - Multissistema do Comércio e dos Investimentos Internacionais
2 - Regulação do Comércio de Bens Agrícolas, Industriais e Serviços
3 - Barreiras Regulatórias: TBT, SPS, PP e Sustentabilidade
4 - Defesa Comercial, Subsídios e Direito Aduaneiro
5 - Propriedade Intelectual, Concorrência, Energia e Meio Ambiente
6 - Investimentos e Cadeias de Valor
7 - Acordos Preferenciais, Mega-Acordos, BRICS
8 - FMI-Câmbio e Comércio
Apresentação dos trabalhos

Aula 1:

Multissistema do Comércio e dos Investimentos Internacionais

Objetivos de Aprendizagem: No final da aula, o estudante será capaz de identificar os pilares que formam o Comércio Global atual e a compreender a metodologia pela qual o exame dessa temática deve ser feito. A disciplina se coloca como a base teórica do curso, uma vez que o estudante será capaz para os demais módulos identificar a forma de análise dos temas de comércio global a partir de um escrutínio multissistêmico, ou seja, que inclua não apenas as regras tradicionais de exportação e de importação, mas também os demais temas relacionados ao comércio por uma análise transversal: multilateral, regional e preferencial e nacional.

Ementa: Sistema Econômico Internacional, Sistema Multilateral de Comércio e Sistema Internacional do Investimento. Direito Internacional Econômico. Princípios e estruturas da Organização Mundial do Comércio. Sistemas Regionais de Comércio. Sistema nacional brasileiro de Política Comercial.

Conteúdo Programático Mínimo:

1. O Sistema Multilateral de Comércio
 - 1.1. A formação do Sistema Bretton Woods: Banco Mundial, FMI e GATT
 - 1.2. As instituições que integram o comércio: OMC, FMI, Banco Mundial, BIS, Unctad, OMPI, UNFCCC, OIT, FAO, ISO...
 - 1.3. Análise transversal da Regulação dos grandes temas do Comércio Global
2. Organização e Regulação do Sistema Econômico Internacional
 - 2.1. As Rodadas comerciais do GATT e da OMC
 - 2.2. A estrutura dos Acordos da OMC: comércio de bens, de serviços, propriedade intelectual, mecanismo de revisão de política comercial, supervisão e transparência
 - 2.3. Princípios da Organização Mundial do Comércio
 - 2.4. Protocolos de Acesso e os Acordos da OMC
 - 2.5. Temas Relacionados ao Comércio: visão geral
3. A Solução de Controvérsias na OMC
 - 3.1. O modelo do GATT: Artigos XXII e XXIII
 - 3.2. O Entendimento sobre Solução de Controvérsias da OMC
 - 3.3. A técnica interpretativa do Órgão de Apelação
 - 3.4. Retaliações comerciais
 - 3.5. Solução de Controvérsias na OMC e países em desenvolvimento
 - 3.6. O papel da jurisprudência do Órgão de Solução de Controvérsias na OMC
 - 3.7. Reformas ao ESC

Bibliografia Básica:

Observação: Os textos indicados como leitura obrigatória serão disponibilizados aos alunos antes do início do módulo, preferencialmente pela via eletrônica ou estarão disponíveis para consulta na biblioteca da FGV.

Leituras Obrigatórias:

- COTTIER, Thomas. *International Economic Law in Transition from Trade Liberalization to Trade Regulation*, in **JIEL**, v. 17, n. 3, pp. 671-677, 2014.
- NOGUEIRA, Thiago R. S. M.; OLIVEIRA, Luciana M. de. *O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC para os países em desenvolvimento: velhos desafios para um novo comércio internacional*, in JUBILUT, Liliana, Lyra (coord.). **Direito Internacional Atual**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, pp. 217-248.
- THORSTENSEN, Vera; PRADO, Victor Luiz do. *O Multissistema da Regulação do Comércio Global: proposta de novo referencial teórico e nova metodologia de análise*, in BAPTISTA, Luiz Olavo; FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Novos caminhos do direito no século XXI: direito internacional, filosofia jurídica e política, dogmática jurídica e direitos fundamentais: uma homenagem a Celso Lafer**, 2 ed. Curitiba: Juruá, 2013, pp. 403-439.

Leituras Complementares:

- AZEVÊDO, Roberto Carvalho de; RIBEIRO, Haroldo de Macedo. *O Brasil e o Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC*, in PADUA LIMA, Maria Lúcia Montovanini; ROSENBERG, Barbara (coords). **O Brasil e o contencioso na OMC**. t. I. São Paulo: Saraiva, 2009, pp. 3-10.
- BOSSCHE, Peter Van den; ZDOUC, Werner. **The Law and Policy of the World Trade Organization**. 3rd ed. Cambridge: Cambridge University, 2013, 1045pp.
- EHLERMANN, Claus-Dieter; EHRING, Lothar. *Decision-Making in the World Trade Organization*, in **Journal of International Economic Law**, v. 8, n. 1, pp. 51-75, 2005.
- GUZMAN, Andrew. *International Organizations and the Frankenstein Problem*, in **EJIL**, v. 24, n. 4, pp. 999-1025, 2013.
- JACKSON, John H. **The World Trading System**. 2nd ed. Cambridge, MA: MIT Press, 1997.
- LAFER, Celso. *Reflexões sobre a Inserção do Brasil no Sistema de Solução de Controvérsias da OMC*, in CELLI JR, Umberto; BASSO, Maristela; AMARAL JR, Alberto do (coord.). **Arbitragem e Comércio Internacional: estudos em homenagem a Luiz Olavo Baptista**. São Paulo: Quartier Latin, 2013, pp. 933-970.
- PAUWELYN, Joost. **Conflict of Norms in Public International Law: How WTO relates to other rules of international law**. Cambridge: Cambridge University, 2006.
- PEREIRA, Celso de Tarso; COSTA, Valéria Mendes; ARAÚJO, Leandro Rocha de. *100 casos na OMC: a experiência brasileira em solução de controvérsias*, in **Política Externa**, v. 20, n. 4, pp. 121-134, 2012.
- SACERDOTI, Giorgio. *The nature of WTO arbitrations on retaliation*, in BOWN, Chad P.; PAUWELYN, Joost (ed.). **The Law, Economics and Politics of Retaliation in WTO Dispute Settlement**. Cambridge: Cambridge University, 2010, pp. 23-33.
- THORSTENSEN, Vera. **OMC – Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a rodada do milênio**. São Paulo: Aduaneiras, 2001.
- THORSTENSEN, Vera; OLIVEIRA, Luciana. **O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC: uma primeira leitura**. São Paulo: Aduaneiras, 2014.
- TREBILCOCK, Michael J.; JOHNSTON, Adrian M. *Fragmentation in international trade law: insights from the global investment regime*, in **World Trade Review**, v. 12, n. 4, pp. 621-652, 2013.
- VANGRASSTEK, Craig. **The History and Future of the World Trade Organization**. Geneva: WTO, 2013.

Aula2:

Regulação do Comércio Global de Bens Agrícolas, Não-Agrícolas (NAMA) e Serviços

Objetivos de aprendizagem: Identificar e poder fazer uma análise crítica acerca da regulação do comércio global em relação a bens agrícolas, não agrícolas e serviços, compreendendo: as regras e princípios estabelecidos no GATT, no GATS, nas negociações do TISA e no Acordo sobre Agricultura.

Ementa: Introdução ao GATT. Princípios e regras do GATT. Exceções gerais do Artigo XX. Solução de Controvérsias sobre violações do GATT. Introdução ao GATS. Princípios e flexibilidade. Tipos modais de serviços. Métodos e mecanismos de negociação. Negociações do TISA. Introdução ao Acordo sobre Agricultura. Estudo de casos.

Conteúdo programático mínimo:

1. Comércio Geral de Bens: NAMA e Acesso a mercados
2. Princípios Gerais do Comércio Geral de Bens: MFN, Tratamento nacional, não-discriminação, tratamento não menos favorável e restrições quantitativas
3. Negociações tarifárias: conceito, lista de compromissos e *waivers*
4. Comércio Geral de Bens: Exceções ao Livre Comércio
 - 4.1. GATT - Exceções às regras gerais inscritas no Artigo XX
 - 4.2. Exceções para integração regional do Artigo XXIV
 - 4.3. Exceções aos Artigos I, II e III do GATT
 - 4.4. Empresas estatais e o Artigo XVII
5. Acordos Plurilaterais: Compras Governamentais e Aviação Civil
6. Comércio de Bens Agrícolas
 - 6.1. Regras de acesso a mercados
 - 6.2. Subsídios agrícolas
 - 6.3. Obrigações de notificar
 - 6.4. As negociações agrícolas
 - 6.5. Impactos para o Brasil, o Agronegócio e a Indústria
7. Comércio de Serviços
 - 7.1. Características específicas do setor de serviços
 - 7.2. As regras gerais do GATS: abrangência, MFN, transparência, exceções gerais, acesso a mercados e tratamento nacional e forma de negociação em listas (positivas e negativas)
 - 7.3. Setores estratégicos: finanças, saúde, educação e telecomunicações
 - 7.4. Serviços nos acordos regionais de comércio e o TISA

Bibliografia básica:

Leituras Obrigatórias:

CELLI JR, Umberto. **Comércio de Serviços na OMC. Liberalização, Condições e Desafios**. Curitiba: Juruá, 2009.
TREBILCOCK, Michael; PUE, Kristen. 'The Puzzle of Agricultural Exceptionalism in International Trade Policy,' in **Journal of International Economic Law**, 18(3), pp. 233-260, 2015.

Leituras Complementares:

JACKSON, John H. **The World Trading System: Law and Policy of International Economic Relations**. 2 ed. Cambridge: MIT Press, 2002.

THORSTENSEN, Vera; OLIVEIRA, Luciana. **O Sistema de solução de controvérsias na OMC – uma primeira leitura**. São Paulo: Aduaneiras, 2014.

MARCHETTI, Juan; ROY, Martin. ‘The TISA Initiative: An Overview of Market Access Issues,’ in **Journal of World Trade**, v. 48, n. 4, pp. 683-728, 2014.

DAMIEN, Broussolle. ‘Service, Trade in Services and Trade of Services Industries,’ in **Journal of World Trade** v. 48, n. 1, pp. 31-58, 2014.

APPLETON, Frederik M. *Preliminary thoughts on WTO retaliation in the services sector*, in BOWN, Chad P.; PAUWELYN, Joost (ed.). **The Law, Economics and Politics of Retaliation in WTO Dispute Settlement**. Cambridge: Cambridge University, 2010, pp. 589-622.

Aula 3:

Barreiras Regulatórias: TBT, SPS, Padrões Privados e Sustentabilidade

Objetivos de aprendizagem: Identificar, compreender e poder fazer uma análise crítica das novas barreiras ao comércio internacional denominadas barreiras regulatórias, a saber: as barreiras cobertas pelos Acordos sobre Barreiras Técnicas (TBT), Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS), bem como as barreiras de mercado denominadas Padrões Privados (PP) e aquelas criadas por adequação a exigências administrativas e legais sobre sustentabilidade.

Ementa: Rodada Tokyo e o *Standards Code*. Rodada Uruguai. Acordo sobre Barreiras Técnicas (TBT). Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS). Sustentabilidade e Padrões Privados. Estudo de casos.

Conteúdo programático mínimo:

1. Introdução às Barreiras Não-Tarifárias
2. Barreiras Técnicas ao Comércio: *Standards Code* ao TBT
 - 2.1. Conceitos: Regulamentos técnicos; normas técnicas (ou padrões)
 - 2.2. Procedimentos de avaliação de conformidade
 - 2.3. Código de Boas Práticas
 - 2.4. O Comitê de Barreiras Técnicas e a função dos *Specific Trade Concerns* (STCs)
3. Medidas Sanitárias e Fitossanitárias
 - 3.1. Introdução ao Acordo sobre SPS
 - 3.2. Tipos de medidas sanitárias e fitossanitárias
 - 3.3. Princípio da precaução e avaliação de risco
 - 3.4. Trabalho do Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias e os STCs
4. Relações entre Comércio Global e Sustentabilidade
 - 4.1. Regras de sustentabilidade na OMC e organizações homólogas
 - 4.2. Sustentabilidade ambiental e social no âmbito da OMC, do Banco Mundial, FAO e OIT
5. Padrões Privados no Comércio Global
 - 5.1. Regulação atual no cenário internacional
 - 5.2. Definição, terminologia e abrangência
 - 5.3. Conformidade dos PP com as normas da OMC
 - 5.4. PP nos Comitês TBT e SPS da OMC e perspectivas

Bibliografia básica:

Leitura Obrigatória:

MARCEAU, Gabrielle; TRACHTMAN, J. P. 'A Map of the World Trade Organization Law of Domestic Regulation of Goods: The Technical Barriers to Trade Agreement, the Sanitary and Phytosanitary Measures Agreement, and the General Agreement on Tariffs and Trade,' in **Journal of World Trade** 48(2), 2014.

PAUWELYN, Joost. 'Rule-Based Trade 2.0? The Rise of Informal Rules and International Standards and how they may outcompete WTO Treaties,' in **Journal of International Economic Law** 17(4), 2014.

Leitura Complementar:

BACCHETTA, M. e JANSEN, M. **Making Globalization Socially Sustainable**, Genebra: ILO-WTO, 2011.

MAERTENS, Marx; Swinnen, J; and Wouters, J. (eds.). **Private Standards and Global Governance. Economic, Legal and Political Perspectives**. London: EE, 2012.

UNFSS. **Voluntary Sustainability Standards**, 2014.

Aula 4:

Defesa Comercial, Subsídios e Direito Aduaneiro

Objetivos de Aprendizagem: A disciplina consiste em analisar os mecanismos de defesa comercial previstos nos acordos da OMC. Dessa forma, espera-se que, ao final do módulo, o estudante possa compreender os atores, processos, valores, normas, conceitos e instituições envolvidos na defesa comercial por meio de medidas *antidumping*, antissubsídio, salvaguardas e medidas compensatórias. O estudante também poderá refletir criticamente sobre esses instrumentos, sua eficácia e como a OMC e o Brasil tratam o tema.

Ementa: Instrumentos de Defesa Comercial. Antidumping. Definições. Tipos. Princípios. Regulação da OMC. Acordos Preferenciais de Comércio. Interesse público. Estudo de Casos. Subsídios e Medidas Compensatórias. Subsídios acionáveis. Não-acionáveis. Proibidos. Economias não de mercado. Subsídios na OMC e em acordos preferenciais de comércio. Estudo de casos. Salvaguardas. Definição. Regras da OMC e em acordos preferenciais de comércio. Determinação do dano. Estudo de casos. Análise da defesa comercial no Brasil. Análise comparada com Estados Unidos e União Europeia. Direito Aduaneiro.

Conteúdo Programático Mínimo:

1. Introdução à Defesa Comercial
 - 1.1. Instrumentos de defesa comercial na OMC
 - 1.2. Instrumentos de defesa comercial em acordos preferenciais de comércio
 - 1.3. A estrutura da defesa comercial no Brasil
2. Salvaguardas
 - 2.1. Definição de salvaguardas
 - 2.2. Condições de aplicação
 - 2.3. Salvaguardas transitórias
 - 2.4. Salvaguardas nos acordos preferenciais de comércio
3. *Antidumping*
 - 3.1. O Acordo sobre *Antidumping* da OMC (AAD)
 - 3.2. Definição e tipos de *dumping*
 - 3.3. Valor normal, margem de *dumping* e outros elementos
 - 3.4. Dano ou prejuízo à indústria doméstica
 - 3.5. Notificações no âmbito da OMC
 - 3.6. Investigações de *antidumping* no Brasil e nos Estados Unidos
 - 3.7. *Dumping* em acordos preferenciais de comércio
4. Subsídios e Medidas Compensatórias
 - 4.1. O Acordo sobre Subsídio e Medidas Compensatórias da OMC
 - 4.2. Definições e conceitos
 - 4.3. Medidas Compensatórias
 - 4.4. Análise de subsídio para economias não de mercado: o caso da China
 - 4.5. Subsídios nos acordos preferenciais de comércio
5. Direito Aduaneiro e Acordo de Facilitação de Comércio
 - 5.1. Legislação aduaneira comparada: aspectos gerais
 - 5.2. Jurisdição aduaneira

- 5.2.1. Territórios aduaneiros: portos, aeroportos, pontos de fronteira.
- 5.2.2. Competência e exercício da autoridade aduaneira
- 5.2.3. Estrutura da Secretaria da Receita Federal
- 5.2.4. Sistema Aduaneiro
- 5.3. Classificação de Mercadorias
- 5.4. Normas fiscais aplicáveis à exportação e à importação
- 5.5. Despacho aduaneiro
- 5.6. Infrações e penalidades e destinação das mercadorias apreendidas
- 5.7. Processo administrativo-fiscal e judicial
- 5.8. Normas internacionais incorporadas à legislação aduaneira

Bibliografia Básica:

Observação: Os textos indicados como leitura obrigatória serão disponibilizados aos alunos antes do início do módulo, preferencialmente pela via eletrônica.

Leituras Obrigatórias:

PIMENTEL, Fernando Damata. *As investigações antidumping e o sistema brasileiro de defesa comercial*, in **RBCE**, ano XXVII, n. 116, pp. 64-71, julho/setembro de 2013.

HEES, Felipe; VALLE, Marília Castañon Penha (orgs.). **Dumping, Subsídios e Salvaguardas: Revisitando aspectos técnicos dos instrumentos de defesa comercial**. São Paulo: Singular, 2012, 486pp.

Leituras Complementares:

THORSTENSEN, Vera (org.). **Releitura dos Acordos da OMC: Acordo sobre antidumping**. São Paulo: CCGI-FGV, 2013.

THORSTENSEN, Vera (org.). **Releitura dos Acordos da OMC: Acordo sobre subsídios e medidas compensatórias**. São Paulo: CCGI-FGV, 2013.

THORSTENSEN, Vera (org.). **Releitura dos Acordos da OMC: Acordo sobre salvaguardas**. São Paulo: CCGI-FGV, 2013.

AMARAL JÚNIOR, Alberto do (coord.). **OMC e o Comércio Internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 2006.

LEMME, Marta; NAIDIM, Leane. *O fim do lesser duty e suas distorções na política antidumping no Brasil*, in **RBCE**, ano XXV, n. 108, pp. 30-37, julho/setembro de 2011.

BARRAL, Welber; BROGINI, Gilvan. *As salvaguardas temporárias contra a China*, in **RBCE**, ano XXV, n. 108, pp. 60-65, julho/setembro de 2011.

WEI, Dan. *Antidumping in Emerging Countries in the Post-crisis Era: A Case Study on Brazil and China*, in **JIEL**, v. 16, n. 4, pp. 921-958, 2013.

COPPENS, Dominic. *How special is the Special and Differential Treatment under the SCM Agreement? A legal and normative analysis of WTO subsidy disciplines on developing countries*, in **World Trade Review**, v. 12, n. 1, pp. 79-109, January 2013.

Aula 5:

Propriedade Intelectual, Concorrência, Energia e Meio Ambiente

Objetivos de aprendizagem: Identificar, compreender e poder fazer uma análise crítica de alguns dos mais importantes temas relacionados ao comércio – propriedade intelectual, investimentos, regras de concorrência e energia e proteção do meio ambiente.

Ementa: Acordo sobre Propriedade Intelectual (TRIPS). Acordo sobre Investimentos (TRIMS). Acordos bilaterais de investimento (BITs). Interação entre Comércio Internacional e Regras de Concorrência. Interação entre a OMC e energia e os tratados de proteção ambiental.

Conteúdo programático mínimo:

1. Propriedade Intelectual e Comércio Global
2. Concorrência e Comércio Global
 - 2.1.A Declaração de Doha e as Regras de Concorrência
 - 2.2.Políticas domésticas de concorrência: atual ameaça às normas da OMC?
3. Comércio Internacional de Energia
4. Comércio e Meio Ambiente

Bibliografia Básica:

Leituras Obrigatórias:

FIESP. **A Regulação do Comércio Internacional de Energia:** Combustíveis e Energia Elétrica. São Paulo: 2013, 459pp.

GERBER, D. J. ‘Competition Law and the WTO: rethinking the relationship,’ *Journal of International Economic Law* 10(3), 2007.

Leituras Complementares:

Amaral Junior, Alberto. **Comércio Internacional e Meio Ambiente**, São Paulo: Atlas, 2011.

Douglas, Z, Pauwelyn J, e Viñuales, J. **The Foundations of International Investment Law – Bringing theory into practice**, Oxford: Oxford University Press, 2014.

FARAH, Paolo D.; CIMA, Elena. *Energy Trade and the WTO: Implications for Renewable Energy and the OPEC Cartel*, in **JIEL**, v. 16, n. 3, pp. 707-740, 2013.

LEAL-ARCAS, Rafael; FILIS, Andrew. *The fragmented governance of global energy economy: a legal-institutional analysis*, in **Journal of World Energy Law and Business**, v. 6, n. 4, pp. 348-405, 2013.

PAL, Rajib. *Has the Appellate Body’s Decision in Canada-Renewable Energy/Canada-Feed-in Tariff Program Opened the Door for Production Subsidies?*, in **JIEL**, v. 17, n. 1, pp. 125-137, 2014.

PAUWELYN, Joost (ed.). **Global Challenges at the Intersection of Trade, Energy, and the Environment**. Geneva: The Graduate Institute – CEPR, 2010, 225pp.

SELIVANOVA, Yulia (ed.). **Regulation of Energy in International Trade Law: WTO, NAFTA and Energy Charter**. Alphen aan den Rijn (The Netherlands): Kluwer Law International, 2011, 416pp.

TAUBMAN, A., WAGER, H and WATAL, J. **A Handbook on the WTO TRIPS Agreement**. Cambridge: WTO, 2012.

WEISS, E. B., JACKSON, J and Osterwalder, N.B. (eds.). **Reconciling Environment and Trade**, A Haia: Martinus Nijhoff, 2008.

WTO. **World Trade Report 2010: Trade in natural resources**. Geneva: WTO, 2010, 252pp.

Aula 6:
Investimentos e Cadeias de Valor

1. Comércio e Investimentos
 - 1.1 Introdução às regras sobre Investimentos Internacionais
 - 1.2 Introdução ao Acordo TRIMS
 - 1.3 Relação do TRIMS com outros acordos da OMC
 - 1.4 O GATS e investimentos internacionais
 - 1.5 Acordos Bilaterais de Investimentos
 - 1.6 Investimentos internacionais e meio ambiente
 - 1.7 Investimentos internacionais e direitos humanos
 - 1.8 ICSID – solução de conflitos internacionais sobre investimentos
 - 1.9 Os Relatórios do *Working Group* da OMC sobre Comércio e Investimentos
 - 1.10 Estudo de casos

2. Cadeias Globais de Valor
 - 2.1 Definição
 - 2.2 Comércio tradicional x Cadeias Globais de Valor
 - 2.3 Formação das cadeias globais de valor
 - 2.4 O Comércio de Serviços nas Cadeias Globais de Valor
 - 2.5 Cadeias verticais e horizontais
 - 2.6 O impacto da globalização nas cadeias de produção
 - 2.7 Impactos para as principais economias
 - 2.8 Impactos para o Brasil
 - 2.9 Análises setoriais
 - 2.10 OMC e Cadeias Globais de Valor
 - 2.10.1 A iniciativa: *Made in the World*
 - 2.10.1 A mudança de paradigma da defesa comercial
 - 2.10.2 Importações x Exportações
 - 2.11 Estudo de casos

Leituras Obrigatórias:

ELMS, Deborah K.; LOW, Patrick. **Global value chains in a changing world**. Geneva: WTO, 2013, 409pp.
VANDEVELDE, Kenneth J. A brief history of international investment agreements, **U.C. Davis Journal of International Law & Policy**, California, v. 12, n. 1, p.157-194, 2005

Leituras Complementares:

BALDWIN, Richard. *WTO 2.0: Global Governance of supply-chain trade*, in **CEPR Policy Insight**, n. 64, pp. 1-24, December 2012.
DIXIT, Diwakar. *Agricultural Value Chains and Food Security*, in **Journal of World Trade**, v. 48, n. 5, pp. 967-982, 2014.
JANSEN, Marion; SADNI JALLAB, Mustapha; SMEETS, Maarten. **Connecting to Global Markets**. Geneva: WTO, 2014, 216pp.

Aula 7

Acordos Preferenciais, Mega-Acordos e BRICS,

Objetivos de Aprendizagem: O estudante deve, ao final do módulo, compreender os atores, processos, valores, normas e instituições mais significativas do comércio internacional, sobre a importância das negociações dos mega-acordos de comércio e seu impacto na ordem econômica global, a estratégia desenvolvida pelos BRICS, a tendência pela construção de cadeias regionais e globais de valor, a influência das políticas cambiais no comércio e a integração energética como forma de garantir segurança e competitividade às indústrias domésticas. Assim, o estudante também deverá desenvolver uma visão crítica e discutir os fenômenos apontados de forma a inter-relacioná-los, tanto em seus conceitos como resultados práticos, pela metodologia multissistêmica do comércio global.

Ementa: A mudança de paradigma dos Acordos Preferenciais de Comércio. Significado político e estratégico dos mega-acordos e sua base normativa. O TTIP. O TPP. O RCEP. A agenda comercial dos BRICS e possíveis compatibilidades. As cadeias globais e regionais de valor. Definição. A mudança da lógica comercial de coibir importações. Os serviços nas CGVs. CGVs no Sistema Multilateral de Comércio: regras e desafios. Câmbio e Comércio. Competência e jurisdição. Determinação de violações. Relação FMI-OMC. Comércio internacional de energia. Regras gerais. Modelos regionais e plurilaterais. O Tratado da Carta de Energia (ECT). Integração energética na América Latina. Segurança energética e comércio. Subsídios, investimentos, pesquisa e desenvolvimento: os limites das regras de comércio.

Conteúdo Programático Mínimo:

1. Sistemas Regionais e Plurilaterais de Comércio
 - 1.1. A diferença entre sistemas regionais e plurilaterais
 - 1.2. Critérios dos Artigos XXIV, do GATT, e V, do GATS
 - 1.2.1. Conflitos de jurisdição entre APCs e o Sistema Multilateral na solução de litígios
 - 1.3. Multilateralismo x Plurilateralismo x Preferencialismo
2. Sistemas Nacionais de Comércio
 - 2.1. O papel das grandes economias: União Europeia, EUA, China, Índia, Coreia do Sul, África do Sul e Mercosul;
 - 2.2. A formação da Política Externa de Comércio no Brasil.
3. A mudança de paradigma dos Acordos Preferenciais de Comércio
 - 3.1. O significado estratégico e geopolítico dos Mega-Acordos
 - 3.2. A base normativa dos Mega-Acordos
 - 3.2.1. O TTIP (EUA e UE)
 - 3.2.2. O TPP (EUA e Apec)
 - 3.2.3. O RCEP (China e Ásia)
 - 3.3. A agenda comercial dos BRICS: há interesses em comum?
 - 3.4. O Brasil no mundo dos mega-acordos: efeitos e desafios

Bibliografia Básica:

Observação: Os textos indicados como leitura obrigatória serão disponibilizados aos alunos antes do início do módulo, preferencialmente pela via eletrônica.

Leituras Obrigatórias:

BALDWIN, Richard. *21st century Regionalism: Filling the gap between 21st century trade and 20th century trade rules*. WTO, Staff Working Paper ERSD-2011-08, May 2011.

THORSTENSEN, Vera; et al. *A Multiplicação dos Acordos Preferenciais de Comércio e o Isolamento do Brasil*, in **IEDI**, julho de 2013. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>> Acesso em 18 jun. 2014.

Leituras Complementares:

BARTELS, Lorand; ORTINO, Federico. **Regional Trade Agreements and the WTO Legal System**. Oxford: Oxford University, 2006, pp. 43-76.

BAUMANN, Renato; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. **Os BRICS e seus vizinhos: comércio e acordos regionais**. Brasília: IPEA, 2014, 472pp.

CANRONG, Jin. *The World and China in the Next Decade, a Perspective from International Politics*, in **Brasil e China no reordenamento das Relações Internacionais: desafios e oportunidades**. Brasília: Funag, 2011, pp. 49-64.

COTTIER, Thomas; FOLTEA, Marina. *Constitutional Functions of the WTO and Regional Trade Agreements*, in DUPONT, Cédric. *ASEAN+, RCEP and TPP: A clash of integration concepts*, in BALDWIN, Richard et al. **The Future of the World Trading System: Asian Perspectives**. London: CEPR, 2013, pp. 107-118.

GONÇALVES, José Botafogo. *Brasil e China, sócios ou rivais?* In **Brasil e China no reordenamento das Relações Internacionais: desafios e oportunidades**. Brasília: Funag, 2011, pp. 81-88.

HAMILTON, Daniel S. (ed.). **The Geopolitics of TTIP**. Washington, DC: Center for Transatlantic Relations, 2014, 170pp.

HILPOLD, Peter. *Regional Integration According to Article XXIV GATT – Between Law and Politics*, in **Max Planck Yearbook of United Nations Law**, v. 7, pp. 219-260, 2003.

LILLA, Paulo Eduardo; SUCHODOLSKI, Sérgio Gusmão, *Conflitos de Jurisdição entre a OMC e os Acordos Regionais de Comércio: o Caso do Mercosul*, in **O Brasil e o Contencioso na OMC**. Tomot. II., pp. 151-196, 2009.

LOW, Patrick; ELMS, Deborah K.; LIM, C. L. **The Trans-Pacific Partnership: A Quest for a Twenty-first-Century Trade Agreement**. Cambridge: Cambridge University, 2012, 337pp.

PETRI, Peter A.; PLUMMER Michael G.; ZHAI, Fan. *The TPP, China and the FTAAP : The Case for Convergence*, 2014.

ROLLO, Jim. *The Challenge of negotiating RTAs for developing countries. What could the WTO do to help?* In BALDWIN, Richard; LOW, Patrick (eds.). **Multilateralizing Regionalism: Challenges for the Global Trading System**. Cambridge: Cambridge University, 2009, pp. 684-704.

ROSALES, Osvaldo; KUWAYAMA, Mikio. **China and Latin America and the Caribbean**. Santiago: Eclac/Cepal, April 2012, 235pp.

THORSTENSEN, Vera. *De Conflitos de Interesses à Busca de uma Agenda Comum*, in **Brasil e China no reordenamento das Relações Internacionais: desafios e oportunidades**. Brasília: Funag, 2011, pp. 311-400.

THORSTENSEN, Vera; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. **Os BRICS na OMC: Políticas Comerciais Comparadas de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**. Brasília: IPEA, 2012, 470pp.

WTO Secretariat. *The Changing Landscape of Regional Trade Agreements*. Geneva: WTO, 2003.

XIAOBING, Tang. *Brazil-China and the Multilateral Trading System*, in **Brasil e China no reordenamento das Relações Internacionais: desafios e oportunidades**. Brasília: Funag, 2011, pp. 287-310.

Aula 8 FMI, CÂMBIO e COMÉRCIO

1. Câmbio
 - 1.1 As relações entre câmbio e comércio
 - 1.2 Jurisdição da OMC e do FMI
 - 1.2.1 Análise do Artigo IV do Acordo do FMI
 - 1.2.2 Análise do Artigo XV do GATT
 - 1.3 As propostas na OMC
 - 1.3.1 O debate no WGTDF
 - 1.3.2 A proposta do Brasil
 - 1.3.3 A proposta da China
 - 1.3.4 A posição dos Estados Unidos e da União Europeia
 - 1.4 Câmbio em Acordos Preferenciais de Comércio
 - 1.5 Comércio e Finanças
 - 1.5.1 Acordos da Basileia
 - 1.5.2 Regulação do Sistema Financeiro Internacional
 - 1.6 Soft Law x Hard Law nas finanças internacionais
 - 1.7 Estudo de casos

Leituras Obrigatórias:

ALMEIDA, Paulo Roberto de. 'O Brasil e o FMI desde Bretton Woods: 70 Anos de História,' in *Revista DireitoGV*, v. 10, n. 2, jul-dez 2014, pp. 469-496.
THORSTENSEN, Vera; MARÇAL, Emerson; FERRAZ, Lucas. Exchange Rate Misalignments and International Trade Policy: Impacts on Tariffs. **Journal of World Trade**, v.46, n. 3, pp.597-634, 2012.

Leituras Complementares:

AUBOIN, Marc. Use of currencies in international trade: any changes in the picture?. **Staff Working Paper ERS-2012-10**, Geneva: World Trade Organization Economic Research and Statistics Division, maio, 2012.
BERGSTEN, C. Fred; GAGNON, Joseph E.. Currency Manipulation, the US Economy, and the Global Economic Order. **Policy Brief**, n. PB12-25, Washington, DC: Peterson Institute for International Economics, dez 2012.
CANUTO, Otaviano; BRAHMBHATT, Milan; GHOSH, Swati. *Currency Wars Yesterday and Today*, in **Economic Premise – The World Bank**, n. 43, pp. 1-6, December 2010.
DREHER, Axel; GASSEBNER, Martin. *Do IMF and World Bank Programs Induce Government Crises? An Empirical Analysis*, in **International Organization**, v. 66, n. 2, pp. 329-358, April 2012.
GADBAW, R. Michael. *Systemic Regulation of Global Trade and Finance: A Tale of Two Systems*, in **JIEL**, v. 13, n. 3, pp. 551-574, 2010.
HAGAN, Sean. *Enhancing The IMF's Regulatory Authority*, in **JIEL**, v. 13, n. 3, pp. 955-968, 2010.
Journal of International Law, v.105, n.423, 2011.
THORSTENSEN, Vera *et al.* *The 'Missing Link' Between the WTO and the IMF*, in **JIEL**, v. 16, n. 2, pp. 353-381, 2013.
TORRES, Hector R. *Reforming the International Monetary Fund – Why its legitimacy is at stake*, in **JIEL**, v. 10, n. 3, pp. 443-460, 2007.
WOUTERS, Jan; ODERMATT, Jed. *Comparing the 'Four Pillars' of Global Economic Governance: A Critical Analysis of the Institutional Design of the FSB, IMF, World Bank, and WTO*, in **JIEL**, v. 17, n. 1, pp. 49-76, 2014.
ZIMMERMANN, Claus D. *The Concept of Monetary Sovereignty Revisited*, in **EJIL**, b. 24, n. 3, pp. 797-818, 2013.
ZIMMERMANN, Claus D.. Exchange rate misalignment and international law. **The American**